

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.905 - AL (2018/0347391-1)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : E L D DOS S**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **E. L. D. DOS. S.** contra decisão que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, ofertado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, assim ementado, *verbis*:

"ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APELAÇÃO. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AOS DELITOS DE ROUBO MAJORADO COM EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS E TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDA DE INTERNAÇÃO QUE SE ADEQUA AO CASO. ESTUDO DE CASO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO, PORÉM COM REAVALIAÇÃO A CADA 3 (TRÊS) MESES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - A medida socioeducativa de internação se mostra adequada ao caso ante o cometimento de ato infracional análogo aos delitos de tráfico de drogas e roubos, utilizando-se de arma de fogo e em concurso de pessoas.

2 - Entretanto, considerando o estudo de caso do adolescente que sugeriu prestação de serviço à comunidade ou liberdade assistida, e pelo adolescente estar internado desde 23/06/2016, a reavaliação do menor deverá ser realizada a cada 3 (três) meses.

3 - Recurso conhecido e parcialmente provido" (e-STJ, fl. 203)

Sustenta a defesa, nas razões do recurso especial, violação dos artigos 121 e 122, I, § 2º, da Lei n. 8.069/1990.

Aduz contrariedade ao princípio da excepcionalidade, pois foi aplicada a medida socioeducativa de internação com base apenas na gravidade do fato. Destaca que o recorrente é primário e o estudo multidisciplinar recomendou a aplicação de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Requer o abrandamento da medida socioeducativa imposta ao recorrente.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 225-227), o recurso foi inadmitido por incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 230-233).

O Ministério Público Federal opina pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 265-266).

**É o relatório.**

Decido.

Em relação à matéria, o Tribunal de origem entendeu que:

"O dispositivo penal ao qual o adolescente cometeu infração análoga,

corresponde ao roubo com emprego de arma e em concurso de pessoas, e ao tráfico de drogas.

Segundo a peça vestibular, no dia 22 de junho de 2016, por volta das 10h56, na rua José Lourenço de Albuquerque, Mangabeiras, nesta cidade, o adolescente E. L. D. dos S. (17 anos), em companhia de seu irmão Eduardo Lima Dantas dos Santos, maior imputável, mediante grave ameaça, com emprego de uma arma de fogo, subtraiu das vítimas Maria José Lisboa Rodrigues e Josélia Lisboa Rodrigues seus aparelhos de telefone celular. As vítimas se encontravam no bairro da Mangabeiras, aguardando ônibus, quando se depararam com dois indivíduos os quais anunciaram o assalto, exigindo os telefones de ambas as vítimas e ao mesmo tempo exibia o cabo de uma arma de fogo por baixo da camisa. Após serem informados por populares que dois indivíduos estavam praticando assaltos, encontraram os autores já apreendidos por populares, portanto 3 (três) celulares, uma garrucha, um relógio e 30 bombinhas de substância aparentando ser crack.

A controvérsia levantada na apelação gira em torno da medida de internação adotada para o adolescente infrator.

Tendo em vista o disposto no art. 112, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de que "a medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração", tem-se que a medida imposta ao representado revela-se adequada, ponderando que o ato infracional foi cometido mediante grave ameaça às vítimas e que, ademais, o representado se valeu de arma de fogo e do concurso de pessoas, caracterizando grau de periculosidade, além de estar portando uma quantidade considerável de drogas de modo a caracterizar o tráfico o que enseja a aplicação de medida rigorosa.

(...).

Demonstrou, o apelante, ser primário, não contendo histórico de cometimento de atos infracionais.

(...).

**Entretanto, conforme já exposto, entendo que a medida de internação se adequa ao caso ante as circunstâncias do crime, com emprego de arma, além da apreensão de drogas caracterizando o tráfico.**

Essa internação, no entanto, deverá ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, a cada três meses, levando em consideração o laudo da equipe interdisciplinar, considerando que o adolescente está na unidade de acolhimento desde a data do fato (23/06/2016)" (e-STJ, fls. 205-207, grifou-se).

A medida socioeducativa de internação impõe-se nas hipóteses **taxativamente** arroladas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim redigido:

"Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

**I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;**

**II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;**

**III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.**

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada" (grifou-se).

Segundo entendimento pacificado nesta Corte Superior, o ato infracional praticado mediante grave ameaça ou violência a pessoa, por si só, autoriza a aplicação da medida de internação.

Nesse sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A ROUBO CIRCUNSTANCIADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "O ato infracional equiparado ao delito de roubo circunstanciado é praticado com violência ou grave ameaça, o que autoriza a aplicação da medida de internação, nos termos do art. 122, I, do ECA. Precedentes" (AgRg no AREsp 1.052.346/BA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/05/2017).

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1259598/SE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 28/05/2018).

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. I) MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PRESENÇA DO REQUISITO DO ARTIGO 122, I DO ECA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA QUE JUSTIFICA A MEDIDA. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 568/STJ. II) APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DIVERSA DA INTERNAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "Se o ato infracional é cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, é de ser aplicada ao menor a medida sócio-educativa de internação por prazo indeterminado, nos termos do art. 122, inciso I, da Lei nº 8.069/90". (HC 45.964/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 20/02/2006).

2. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de aplicar a medida socioeducativa mais adequada ao menor, porquanto é vedado na via eleita o reexame de fatos e provas. Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 1274719/SE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 04/06/2018).

Dessa forma, a aplicação da intimação mostra-se devidamente fundamentada em razão das peculiaridades do caso concreto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b" do RISTJ, **conheço** do agravo, para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

